

Jornal *Fêmea*



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

IMPRESSO ESPE-

Contrato 555/2001-ECT/BSB

x

CFEMEA

Ano X

Nº 117

Brasília/DF

Outubro/2002

Desempenho das mulheres nas Eleições 2002

Após o primeiro turno das Eleições 2002, o CFEMEA realizou um levantamento preliminar sobre as mulheres eleitas, por Unidade da Federação e Partido Político, para o Congresso Nacional, Assembleias Estaduais Legislativas e Câmara Distrital.

Houve um crescimento significativo, na Câmara dos Deputados e Senado Federal, em relação ao pleito de 1998. Entretanto, o percentual de mulheres no Congresso Nacional ainda ficará muito reduzido: apenas 8,8% do total de parlamentares.

É importante destacar que, em 8 estados, as mulheres candidatas ao cargo de deputada federal foram campeãs de votos. Em outros 6 estados, elas ficaram entre os 5 candidatos mais votados. Este desempenho qualitativo aponta o reconhecimento das mulheres na vida política, por parte da sociedade. Apesar das adversidades, cada vez mais as mulheres estão se engajando no campo da política representativa.

PÁGINAS 6 E 7

A mulher no Poder Legislativo: competência para legislar

Terminada a contagem dos votos para os cargos de deputad@s federais, senador@s, deputad@s estaduais e distritais, vemos que as mulheres alcançaram algumas vitórias. Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral, o número de mulheres aumentou consideravelmente.

Em janeiro, essas mulheres tomam posse e passarão a representar @s brasileir@s. E agora? Qual a competência dessas mulheres? O que elas podem fazer para melhorar nossas vidas?

PÁGINA 11

Desenrolando o novelo da violência doméstica

No dia 25 de novembro, estaremos comemorando o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Uma das principais preocupações do CFEMEA sempre foi a defesa de uma legislação que explicita a violência doméstica como uma questão de saúde pública. Neste tipo de violência, a mulher é sempre a maior vítima.

Toda iniciativa do Centro tem se baseado na discussão, promovida pelo movimento de mulheres, sobre a conceituação de violência doméstica e a abrangência da Lei.

PÁGINA 8

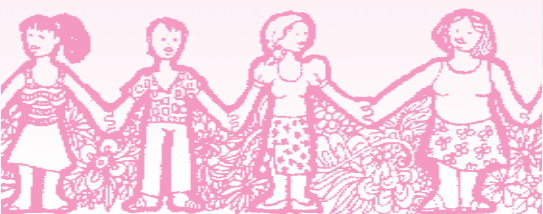
Orçamento da União: uma pauta para as mulheres

O Orçamento da União para 2003, peça fundamental da ação governamental, precisa ser adequado às perspectivas políticas de quem irá executá-lo. Nada mais justo do que a sua discussão com o futuro Presidente da República.

Esse momento nos remete a uma questão crucial para aqueles que almejam ver refletidas no Orçamento as aspirações e necessidades da maioria da sociedade brasileira. Como tornar participativo um Orçamento que até agora se constitui em matéria restrita aos iniciados, aos entendidos no assunto?

Precisamos nos mobilizar para a criação de canais de participação na definição do Orçamento da União, bem como nos capacitar para fazer uma intervenção eficaz.

PÁGINA 5



Quando o coração tem razões que a própria razão desconhece

Dizem que o coração tem razões que a própria razão desconhece. Tanta alegria e esperança que encheu os nossos corações nestes últimos dias, entretanto, tem toda a razão de ser. Segundo o sociólogo Francisco Oliveira, *a vitória de Lula é uma espécie de refundação do Brasil, só comparável a outros três momentos históricos: a Abolição, a Proclamação da República e a Revolução de 30*¹.

Esta eleição fala de uma nova concepção de mundo e idéia de justiça que se consolidou entre uma parcela muito significativa da sociedade brasileira, revelando o grau da mudança de mentalidades e de valores operada no país.

O primeiro turno já havia concretizado mudanças substantivas no cenário político. Seja nas eleições para as Câmaras Federal e Estaduais, ou para os cargos majoritários (Senado e Governos), uma parcela significativa do eleitorado fez o que pôde e mudou a correlação de forças político-partidárias, atenuando também o desequilíbrio de gênero no Poder Legislativo.

Ao conformismo, que marcou de maneira tão forte os últimos quatro anos da política nacional, contrapôs-se a força da indignação, expressa na surpreendente votação obtida pela oposição em 6 de outubro, e na vitória de Lula no segundo turno. Foi, portanto, a vontade de uma parcela da sociedade brasileira – a qual pertencem os movimentos feministas e de mulheres – de transformar a ordem injusta que está estabelecida que produziu estes resultados eleitorais.

A vontade política e a capacidade destes movimentos de se posicionar e se responsabilizar pelas transformações políticas e sociais almejadas manifestou-se muito antes das urnas estarem abertas. O processo recente de construção da Plataforma Política Feminista e de realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, assumido em caráter de prioridade por um amplo segmento dos movimentos de mulheres e feministas, expressa esta responsabilidade.

Se as mudanças são evidentes, é bom não perder de vista as permanências. Estamos falando do Brasil patrimonialista, oligárquico, racista, sexista que insiste em sobreviver e é maior e mais forte do que muita gente quer acreditar. Permanece a estrutura social consolidada para ampliar privilégios e concentrar riquezas num pequeno grupo, a custa da discriminação e exclusão da maioria.

No último dia 27 de outubro, as cidadãs e cidadãos brasileiros produziram um fato histórico e inédito, que certamente terá repercussões profundas para o povo brasileiro e também para toda a América Latina.

Ao reconhecermos as transformações que advêm da vontade popular soberana, revelada pelas urnas, temos também de constatar o tamanho do desafio que representa a inversão da lógica que estrutura social e politicamente a nossa sociedade. Especialmente, quando consideramos os limites econômicos ditados por uma situação de absoluta vulnerabilidade do país; e ao levarmos em conta a ainda reduzida base político-partidária para a realização das reformas necessárias.

O futuro vai nos exigir mais do que alterar a composição político-partidária no Estado; bem mais do que eleger um programa político e rejeitar outro. Exige-se dos movimentos sociais a necessária preservação da sua autonomia frente ao novo governo para, como diz Francisco de Oliveira, *pôr o acento na igualdade, retirar todas as discriminações e introduzir as classes populares nas instituições republicanas mais importantes*.

É hora de reconhecer os limites para poder enfrentá-los, é hora de trabalhar para a mobilização da sociedade; de fortalecer a sua capacidade de mudar e transformar a realidade rumo à democracia, à justiça e à igualdade; de alimentar o sentimento de poder que emana do exercício ativo da cidadania.



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602, Ed. Vênancio 3000, CEP: 70716-000, Brasília-DF – Brasil
Telefone: (61) 328-1664
Fax: (61) 328-2336

E-mail: cfemea@cfemea.org.br

Home page:
<http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:

Iáris Ramalho Cortês, Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria José Rosado e integrantes do Colegiado Diretor: Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavener, Margareth Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salete Macca-loz, Sônia Correa e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wiek, Éster Kosovski, Gilberta Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin e Sílvia Pimentel.

Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth Barreiros, Maria do Carmo Seabra e Tereza Montenegro.

Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandes Cavalcante, Ângela Alves, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Fabiana Zamora, Gilda Cabral, Iáris Ramalho Cortês, Iêri Barros Luna, Mirla de Oliveira Maciel, Sérgio Gomes Timóteo e Sônia Malheiros Miguel.

Conselho de Parlamentares do Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA:

Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Yeda Crucius e Zulaiê Cobra. Deputados Alceu Colares, Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, João Grandão, José Genoíno, Miro Teixeira e Paulo Paim. Senadoras Emília Fernandes e Maria do Carmo Alves. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara e Roberto Freire.

Jornalistas Responsáveis:

Michelle Lopes – Iêri Luna
RP 4825/DF - RP 5143/DF

Apoio:

Fundação FORD, FNUAP e UNIFEM

Tiragem:

13.000 exemplares.

Editoração Eletrônica:

Eduardo Meneses

Impressão:

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

¹ Entrevista de Francisco Oliveira aos repórteres Sílvia Colombo e Rafael Cariello, da Folha de São Paulo, publicada na edição de 29 de outubro de 2002, Caderno Especial – Eleições 2002, página 12, sob o título “Lula é a refundação do Brasil, diz sociólogo”.

3º Diálogo contra o Racismo

Durante os dias 24 e 25 de setembro, 32 representantes da sociedade civil organizada participaram do 3º Diálogo contra o Racismo, no Rio de Janeiro. O encontro foi realizado um ano após a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul.

As discussões foram divididas em três sessões:

- Balanço do primeiro ano pós-Durban;
- Estratégias de igualdade na luta contra a discriminação; e
- Estratégias de ação a partir da sociedade civil.

Em relação ao impacto da Conferência de Durban, no Brasil, há um consenso quanto ao resultado mais relevante: a ampliação das discussões sobre preconceito e discriminação racial no país. Para Átala Roque, coordenador do Núcleo de Políticas Públicas e Globalização do IBASE, “a sociedade brasileira percebeu que não é possível buscar a democracia e o desenvolvimento sem lidar com a exclusão social dos afrodescendentes”.

Lúcia Xavier, coordenadora do Grupo Criola (RJ), ressalta que o debate sobre a questão racial ficou estagnado a partir da idéia de que a política de cotas poderia suprir todas as necessidades e reivindicações da comunidade negra. “Para nós, isso mostra que é necessário oferecer mais informações à sociedade, às organizações, para que seja evitado o equívoco de se pensar que, na medida em que se discute cotas, as questões raciais já estão superadas”, explica Lúcia. Ela diz, ainda, que as entidades não-negras também deveriam introduzir a temática em seus trabalhos: “a organização não estaria desvirtuando o seu caminho, a sua missão, mas estaria ampliando o seu espectro de ação”.

Átala Roque explica que quando o debate de Durban aterrizou no campo das políticas públicas, as propostas foram traduzidas basicamente por meio de cotas. “Essa discussão é limitante, pois olha apenas um aspecto de toda a política de superação da desigualdade racial no Brasil. Este tema é muito mais amplo do que cotas ou não-cotas”, afirma Átala.

Debates do Diálogo

A inclusão de cotas na educação, além de outras áreas, foi um dos temas debatidos durante o 3º Diálogo contra o Racismo. A reitora, Nilcéa Freire, fez uma exposição sobre a experiência que está sendo desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A UERJ está cumprindo uma lei estadual que destina 40% de suas vagas a estudantes de cor negra/parda (*sic.*) e 40% a quem possui baixa renda, combinando-se as duas categorias quando coincidem.

A questão racial, diante do novo cenário político brasileiro, também foi discutida no 3º Diálogo contra o Racismo. Na opinião de Átala Roque, há um déficit no debate político: “verifica-se que o tema não está consolidado na discussão política do Brasil. Em relação ao debate eleitoral, por exemplo, ainda que o tema tenha sido abordado, ele apareceu de forma completamente superficial e pouco estruturada, mesmo nos programas dos candidatos”.

Para Lúcia Xavier, mesmo com um governo de esquerda, será necessário fazer muitas pressões. “Independente da qualidade que a esquerda pode imprimir nas condições de vida da população, é preciso

entender que esses sujeitos diferentes precisam de coisas diferentes, tratamentos diferentes e políticas diferentes”, diz Lúcia.

Início do Diálogo

A realização de Diálogos contra o Racismo surgiu a partir da necessidade de se ampliar os espaços abertos para debates sobre a questão racial. Motivadas pelo processo de Durban, as seguintes organizações passaram a coordenar os encontros: Ibase, CESEC, Centro de Estudos Afrobrasileiro, Universidade Cândido Mendes, Comunidade Baha’i, AMB e Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras.

O Diálogo contra o Racismo não possui uma periodicidade definida e não tem um caráter institucional. Átala Roque, coordenador do Núcleo de Políticas Públicas e Globalização do IBASE, explica que é justamente uma oportunidade de sentar junto e conversar, um espaço para reflexão muitas vezes escasso no dia-a-dia das organizações. “O Diálogo tem sido uma experiência muito rica para todas as organizações participantes, tem efetivamente ajudado a ampliar o campo de conversas, rompendo um certo silêncio que existe não só na sociedade brasileira,

mas até mesmo entre as organizações do campo progressista”, explica Átala.

Os Encontros estão estimulando diferentes organizações a rever a sua agenda de trabalho e o seu programa de prioridades. Além disso, já motivou a realização de seminários sobre a relação entre racismo e temas como mídia e violência.

As propostas apresentadas durante o 3º Diálogo serão sistematizadas pela Coordenação do encontro. Ainda este ano, o grupo pretende reunir-se para organizar o material. A idéia é produzir uma publicação com os temas debatidos e os desdobramentos ocorridos a partir da pauta de ações levantada.

Para outras informações, entre em contato com o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

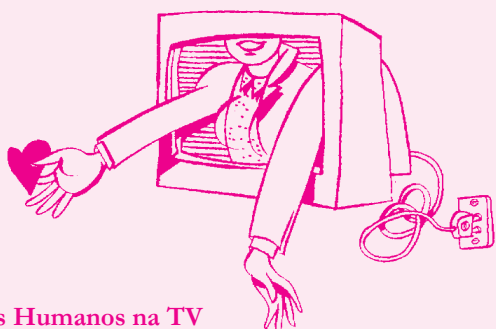
Fone: (21) 2509 0660

E.mail: ibase@ibase.br

**N**

o Congresso Nacional, mais um mês foi pautado pelas Eleições Gerais. Em outubro, não houve votação em nenhuma das Casas. Mesmo após o primeiro turno, os trabalhos não foram retomados, pois a perspectiva do segundo turno em alguns Estados envolveu a grande maioria d@s parlamentares.

Entretanto, podemos comemorar o crescimento significativo da Bancada Feminina no Congresso Nacional, que subiu de 33 deputadas para 42; e de 5 senadoras para 10. Esperamos que as grandes mudanças que se avizinham não fiquem somente na renovação de 47% do Legislativo, mas que também avancem para o Executivo. Tomara que, nos próximos quatro anos, possamos ver o Brasil passando por grandes transformações positivas.



Direitos Humanos na TV

“Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”. Este é o lema da Campanha pela Valorização dos Direitos Humanos na Televisão. A ideia desta iniciativa surgiu na VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em maio de 2002, quando as 941 entidades presentes receberam a sugestão com entusiasmo e interesse.

Em junho passado, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados divulgou a proposta como uma meta para o segundo semestre deste ano. No mês de agosto, a CDH realizou um debate para que essa Campanha começasse a ser construída com a sociedade civil. Nessa discussão, definiu-se os objetivos da Campanha.

A Campanha consiste no acompanhamento da programação das emissoras de televisão para indicar os programas que – de forma sistemática – desrespeitam valores universais, convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor de proteção aos direitos humanos e à dignidade d@s cidadãos/ãs.

O monitoramento dos programas será feito por um Conselho a ser integrado por personalidades de reconhecida credibilidade social e conhecimento técnico-jurídico. Um conjunto de observador@s em nível estadual será responsável por auxiliar o Conselho, encaminhando ao mesmo gravações de programas e outras informações para apreciação.

Dia 13 de novembro será realizado, na Câmara dos Deputados, um Seminário sobre a Campanha pela Valorização dos Direitos Humanos na Televisão. Com este encontro, será dada a largada oficial para o efetivo funcionamento da Campanha.

Plataforma Política GLBT para as Eleições 2002

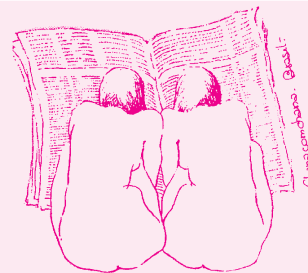
A Plataforma Política de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais para as Eleições 2002 foi lançada dia 18 de setembro, na Câmara dos Deputados, com o apoio da Comissão de Direitos Humanos. O documento, assinado por 56 entidades do movimento homossexual brasileiro, tem o objetivo de apresentar as demandas d@s homossexuais em relação aos seus direitos e cidadania.

Os candidatos à Presidência da República foram convidados para participar do evento. Entretanto, apenas representantes dos candidatos Luís Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS) e José Maria (PSTU) compareceram.

Entre outras reivindicações, a Plataforma apresenta as propostas a seguir:

- Apresentação de projetos de lei que punam qualquer tipo de discriminação baseada na orientação sexual em estabelecimentos comerciais, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, no ambiente familiar e na escola;
- Apoio à apuração e punição efetiva e rigorosa dos crimes cometidos contra homossexuais e outros setores discriminados;
- Criação de serviços de Disque-Cidadania e Defesa Homossexual, e da delegacia especial de atendimento e combate à violência contra homossexuais;
- Engajamento na luta pela aprovação de Emenda Constitucional, em tramitação na Câmara, que proíbe a discriminação em razão de orientação sexual;
- Aprovação do Projeto de Lei que permite a união civil entre pessoas do mesmo sexo; e
- Implementação pelo Governo das metas propostas no Programa Nacional de Direitos Humanos em prol da cidadania homossexual.

A Plataforma Política de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais para as Eleições 2002 está disponível em nosso site: www.cfemea.org.br.





Orçamento da União: uma pauta para as mulheres

Eliana Magalhães Graça*



No dia 8 de outubro, o Jornal da Câmara dos Deputados publicou matéria sobre a retomada dos trabalhos depois do primeiro turno das eleições, dando destaque à votação do Orçamento da União para 2003. Ressaltou, ainda, que a Proposta Orçamentária deverá ser discutida com o Presidente eleito. Para o deputado federal Efraim de Morais (PFL/PB), primeiro vice-presidente da Câmara, “esse entendimento é democrático e necessário”.

Estamos vivendo um momento especial de mudanças políticas no País. O Orçamento como peça fundamental da ação governamental precisa ser adequado às perspectivas políticas de quem irá executá-lo. Nada mais justo do que a sua discussão com o futuro Presidente da República.

Esse momento nos remete a uma questão crucial para aqueles que almejam ver refletidas no Orçamento da União as aspirações e necessidades da maioria da sociedade brasileira. Como tornar participativo um Orçamento que até agora se constitui em matéria restrita aos iniciados, aos entendidos no assunto?

No nível local, já temos experiências de participação da população na definição de prioridades das políticas públicas, ainda que seja de uma parcela ínfima dos recursos. Sabemos que não é possível transportar essas experiências para o nível nacional.

Quais serão os canais para a discussão do Orçamento da União? O Poder Executivo se abrirá para ouvir o que a sociedade civil organizada tem a dizer sobre como gastar os recursos arrecadados? E no Legislativo, as Comissões Temáticas estarão abertas a dialogar com os movimentos sociais sobre realocação de recursos orçamentários?

É fundamental que principalmente o Poder Legislativo encare o desafio de criar canais de diálogo efetivo com a sociedade civil organizada na apreciação dos projetos de lei orçamentária. A democracia representativa se fortalece quando estabelece formas de participação direta da sociedade nas discussões internas do Parlamento. Já temos alguns avanços neste sentido, como é o caso da Comissão de Legislação Participativa que prevê a apresentação direta de projetos pelas organizações do movimento social. Resta considerar as questões orçamentárias como passíveis da intervenção da sociedade organizada.

Precisamos nos mobilizar para a criação de canais de participação na definição do Orçamento da União, bem como nos capacitar para fazer uma intervenção eficaz.

Sabemos que a rediscussão da proposta orçamentária de 2003, com o novo Presidente eleito, será feita com restrições impostas pelo próprio Plano Plurianual (PPA) de 2000/2003, que define os programas e ações constantes das leis orçamentárias do período. Já no primeiro semestre de 2003, teremos a discussão do PPA 2004/2007, oportunidade que necessita ser aproveitada da melhor maneira possível para vermos incluídas as nossas prioridades.

Para nós, mulheres, é fundamental ficarmos atentas a essa oportunidade de colocar nossas reivindicações na pauta de discussões do PPA para os próximos quatro anos. Precisamos incluir as questões das desigualdades de gênero nas políticas públicas a serem refletidas nos programas e projetos que compõem o Orçamento. É urgente buscar canais de participação

para fazer valer a idéia de que as políticas públicas atingem de forma diferenciada homens e mulheres.

Não basta defender uma legislação pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres. É necessário transformar essa legislação em política pública efetiva, com recursos para ser implementada e que caminhe no sentido da transformação das relações de gênero.

O CFEMEA vem tentando se preparar para fazer uma melhor intervenção nessa área. Além de capacitar sua equipe, está

Precisamos nos mobilizar para a criação de canais de participação na definição do Orçamento da União, bem como nos capacitar para fazer uma intervenção eficaz.

buscando alianças com outras organizações da sociedade que já têm acúmulo nessas questões. É por isso que aceitou o desafio de fazer parte da Comissão Executiva do Fórum Brasil de Orçamento, articulação política recentemente criada e para a qual convida todas as organizações de mulheres a participar desde que concordem com a sua carta de princípios, que se encontra em nosso site: www.cfemea.org.br.

* Socióloga e assessora parlamentar do CFEMEA



Após o primeiro turno das Eleições 2002, o CFEMEA realizou um levantamento preliminar sobre as mulheres eleitas por Unidade da Federação e Partido Político para o Congresso Nacional, Assembléias Estaduais Legislativas e Câmara Distrital. A seguir, os principais resultados.

Cresce o número de deputadas federais e senadoras eleitas

Nas eleições de 2002, foram eleitas 42 mulheres deputadas federais, em todo o país (8,2% das 513 cadeiras). Isso significou um crescimento de 45% em relação às eleições de 1998, quando foram eleitas 29 deputadas (5,6% do total). Das 42 deputadas eleitas, 25 (59,5%) serão parlamentares de 1º mandato.

Neste pleito, cinco estados não elegeram nenhuma mulher deputada federal: Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Sergipe. Entretanto, Alagoas, Ceará e Sergipe têm representação no Senado Federal. Assim, apenas Pernambuco e Mato Grosso do Sul ficam sem nenhuma representação feminina no Congresso Nacional.

São Paulo e Rio de Janeiro elegeram o maior número de mulheres: 6 em cada Estado. Também destaca-se o estado do Rio Grande do Sul, que terá 4 representantes na Câmara dos Deputados. Por outro lado, Minas Gerais elegeram apenas 1 mulher para suas 53 vagas. A distribuição das eleitas por Unidade da Federação foi ampliada, considerando-se que, nas eleições de 98, 9 estados não elegeram nenhuma mulher (BA, CE, PB, PR, PE, PI, RR, SE e TO).

É importante ressaltar ainda que, em 8 estados da Federação, as mulheres foram as campeãs de votos: Perpétua Almeida (PCdoB/AC); Janete Capiberibe (PSB/

AP); Vanessa Graziottin (PCdoB/AM); Maria Trindade (PT/PI); Denise Frossard (PSDB/RJ); Fátima Bezerra (PT/RN); Maria Helena (PST/RR); e Kátia Abreu (PFL/TO).

Em outros 6 estados, as mulheres estiveram entre os cinco candidatos mais votados: Maninha (PT/DF), Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO), Maria do Carmo Lara (PT/MG), Ieda Crusius (PSDB/RS), Maria do Rosário (PT/RS), Marinha Raupp (PMDB/RO) e Jandira Feghali (PC do B/RJ).

Em relação à distribuição das mulheres eleitas pelos Partidos Políticos, foi ampliado de 7 para 11 o número de Partidos que elegeram candidatas ao mandato de Deputada Federal. Na Legislatura que se inicia em 1º de fevereiro de 2003, a Bancada Feminina será composta pela representação dos seguintes Partidos:

PT - 14 deputadas; PFL - 6 deputadas; PSDB - 6 deputadas; PC do B - 4 deputadas; PMDB - 4 deputadas; PSB - 2 deputadas; PTB - 2 deputadas; PDT - 1 deputada; PSD - 1 deputada; PST - 1 deputada; PPB - 1 deputada.

O grande destaque fica por conta do PT, que ampliou a sua representação na Câmara dos Deputados de 5 mulheres, eleitas em 98, para 14, em 2002. A presença feminina representa 15,4% de

toda a bancada petista na Câmara. A situação do PMDB é oposta. O Partido elegeram 8 mulheres nas eleições passadas e, no último pleito, elegeram apenas 4 deputadas federais.

Ainda em relação aos resultados das eleições, o PCdoB aumentou duas cadeiras, o PFL uma, o PSB uma. O PDT manteve a mesma representação, com uma cadeira. Já o PSDB perdeu uma cadeira. Os quatro novos partidos que elegeram deputadas são: PSD, PST, PPB e PTB.

Em termos relativos, o PCdoB é o Partido que tem a maior bancada feminina entre seus representantes (4 mulheres em 12 eleitos, o que corresponde a 33,33%). Das 42 deputadas eleitas, 21 (50%) são de Partidos considerados à esquerda no espectro político: PT (14), PCdoB (4), PSB (2) e PDT (1).

Senado Federal

Para o mandato de senadora, foram eleitas 8 candidatas (14,8% do total de eleitos). São elas: Marina Silva - PT/AC; Serys Marly - PT/MT; Ana Júlia - PT/PA; Fátima Cleide - PT/RO; Idely Salvati - PT/SC; Patrícia Gomes - PPS/CE; Lucia Vânia - PSDB/GO; e Roseana Sarney - PFL/MA.

Duas senadoras continuarão seus mandatos: Maria do Carmo (PFL/SE); e Heloisa Helena (PT/AL), totalizando assim uma bancada de 10 senadoras, no conjunto das 81 cadeiras (12,3% do total).

Agradecimento

Gostaríamos de agradecer às candidatas que enviaram materiais de campanha. Ainda estamos recolhendo adesivos, informativos, folders, cartazes e outros impressos. Contamos com sua colaboração!



A seguir, dados sobre as mulheres eleitas como deputadas federais, por Unidade da Federação e Partido Político:

CÂMARA DOS DEPUTADOS					
ELEIÇÕES - UF/SEXO - Legislatura 2003-2007					
Unidades da Federação	Feminino		Masculino		Total
	n.º	%	n.º	%	
Acre	1	12,50	7	87,50	8
Aleagois	0	0,00	8	100,00	8
Amapá	1	12,50	7	87,50	8
Amazonas	1	12,50	7	87,50	8
Bahia	2	5,13	37	94,87	39
Ceará	0	0,00	32	100,00	32
Distrito Federal	1	12,50	7	87,50	8
Espírito Santo	2	20,00	8	80,00	10
Goiás	2	11,76	15	88,24	17
Maranhão	2	11,11	16	88,89	18
Mato Grosso	2	25,00	6	75,00	8
Mato Grosso do Sul	0	0,00	8	100,00	8
Minas Gerais	1	1,89	52	98,11	53
Pará	1	5,88	16	94,12	17
Paraíba	1	8,33	11	91,67	12
Paraná	1	3,33	29	96,67	30
Pernambuco	0	0,00	25	100,00	25
Piauí	1	10,00	9	90,00	10
Rio de Janeiro	6	13,04	40	86,96	46
Rio Grande do Norte	2	25,00	6	75,00	8
Rio Grande do Sul	4	12,90	27	87,10	31
Roraima	1	12,50	7	87,50	8
Rorizima	2	25,00	6	75,00	8
Santa Catarina	1	6,25	15	93,75	16
São Paulo	6	8,67	64	91,33	70
Sergipe	0	0,00	8	100,00	8
Tocantins	1	12,50	7	87,50	8
Brasil	42	8,19	471	91,81	513

CFEMEA/Eleições 2002

Fonte: TSE - 9 de outubro de 2002

Lei 9504/97 - cotas por sexo para candidaturas às eleições proporcionais

CÂMARA DOS DEPUTADOS					
ELEIÇÕES - PARTIDO/SEXO - Legislatura 2003-2007					
Partidos Políticos	Feminino		Masculino		Total
	n.º	%	n.º	%	
PAN	0	0,00	0	0,00	0
PC do B	4	33,33	8	66,67	12
PCB	0	0,00	0	0,00	0
PSC	0	0,00	0	0,00	0
PDT	1	4,76	20	85,24	21
PFL	6	7,14	78	92,86	84
PSG	0	0,00	0	0,00	0
PL	0	0,00	28	100,00	28
PMDB	4	5,41	70	94,59	74
PMN	0	0,00	1	100,00	1
PPB	1	2,04	48	97,96	49
PPS	0	0,00	15	100,00	15
PRN / PTC	0	0,00	0	0,00	0
PRONA	0	0,00	6	100,00	6
PRP	0	0,00	0	0,00	0
PRTR	0	0,00	0	0,00	0
PSB	2	9,09	20	90,91	22
PSC	0	0,00	1	100,00	1
PSD	1	25,00	3	75,00	4
PSDB	6	8,45	66	91,55	72
PSDC	0	0,00	1	100,00	1
PSL	0	0,00	1	100,00	1
PSN / PHS	0	0,00	0	0,00	0
PST	1	25,00	3	75,00	4
PSTU	0	0,00	0	0,00	0
PT	14	15,33	77	84,67	91
PT do B	0	0,00	0	0,00	0
PTB	2	7,69	24	92,31	26
PTN	0	0,00	0	0,00	0
PR	0	0,00	5	100,00	5
Total	42	8,19	471	91,81	513

CFEMEA/Eleições 2002

Fonte: TSE - 7 de outubro de 2002

Lei 9504/97 - cotas por sexo para candidaturas às eleições proporcionais

Estes dados foram levantados pela Assessoria Técnica do CFEMEA, a partir de pesquisa aos dados disponibilizados na Internet, pelo TSE (DivNet), em 17 de outubro. Outras informações sobre as candidatas eleitas – por Unidade da Federação, Partido Político e cargo – estão disponíveis no encarte *Eleições 2002*, que estamos distribuindo, este mês.

Presença feminina nos Estados

Número de mulheres é ampliado nas Assembléias Estaduais e Câmara Legislativa do DF

As deputadas estaduais/distritais eleitas em 2002 somam 133 em todo o país. Este total representa um aumento de 25,5% em relação às eleitas em 1998 (106 deputadas). No conjunto das 1.059 cadeiras das Assembléias/Câmara Legislativas em todo o país, a representação feminina foi ampliada de 10% para 12,5%.

Unidades da Federação

Nas eleições de 2002, todas as Unidades da Federação elegeram mulheres deputadas estaduais/distritais. As Unidades da Federação que se destacaram quanto ao número de deputadas estaduais/distritais eleitas em 2002 são: Rio de Janeiro (15), São Paulo e Minas Gerais (10 cada). Maranhão, Ceará, Pará e Pernambuco elegeram 8 deputadas por Estado.

Em termos relativos, a Bancada Feminina, em cada Assembléia/Câmara Legislativa, é mais expressiva nos seguintes Estados: Sergipe (25%), Rio de Janeiro (21,4%), Distrito Federal (20,8%), Pará (19,5%) e Maranhão (19%).

Partidos Políticos

As mulheres foram eleitas deputadas estaduais e distritais por 19 Partidos Políticos, embora tenham concorrido pelos 30 Partidos existentes. Em termos do número absoluto de eleitas em todo o país, destacam-se os seguintes Partidos: PT (29 eleitas), PSDB e PMDB (22 cada), PSB e PFL (9 cada).

Em termos percentuais, o PCdoB apresenta a maior Bancada Feminina, 29,4%, o que corresponde a 5 mulheres nos 17 representantes eleitos por este Partido. A seguir, destaca-se o PSC (23,1%), o PT (19,7%), o PMDB (16,4%), o PSDB (15,8%) e o PSB (15,2%). Os Partidos PAN e PTN também apresentam um percentual significativo de mulheres eleitas, embora suas bancadas partidárias sejam bem reduzidas, respectivamente 1 e 3.

Nas últimas eleições, foram conquistadas 27 novas cadeiras de deputadas estaduais/ distritais. De 1998 para 2002, destacamos as seguintes movimentações: o PT aumenta 11 cadeiras, o PSDB 6, o PSB 4 e o PMDB 3. Já o PFL perde 6 cadeiras.

Desenrolando o novelo da violência doméstica

Iáris Cortês e Dyana Azevedo*

No dia 25 de novembro, estaremos comemorando o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Uma das principais preocupações do CFEMEA sempre foi a defesa de uma legislação que explicita a violência doméstica como uma questão de saúde pública. Neste tipo de violência, a mulher é sempre a maior vítima.

Já participamos de várias ações sobre a temática, promovidas por esta Instituição ou pelo movimento de mulheres que, há três décadas, vem se manifestando pela formulação de leis e reformulação do Código Penal Brasileiro. Nosso trabalho é intensificado pelo acompanhamento de todos os projetos de lei que deram entrada no Congresso Nacional, desde 1988.

Em 1995, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, foram promovidas várias reuniões de especialistas. Esta parceria deu ênfase à reformulação do Código Penal Brasileiro que estava sendo conduzida, à época, pela Comissão de Reforma da Parte Especial do Código Penal, no âmbito do Ministério da Justiça e pela Subcomissão do Código Penal no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara dos Deputados (CCJR). As conclusões de tais trabalhos estavam previstas para o mês de outubro daquele ano – 1995, o que, entretanto, não ocorreu.

Este grupo de mulheres discutiu e elaborou propostas que foram encaminhadas às respectivas Comissões. Junto às propostas, foram enviados avulsos dos projetos de lei e o *Manifesto das Mulheres* que havia sido encaminhado à antiga Comissão Especial de Reforma do Código Penal do Ministério da Justiça, bem como o texto relativo aos Crimes contra a Pessoa, elaborado pela respectiva Subcomissão.

No início de 1997, promovemos, com a OAB/DF, uma Mesa Redonda para tratar deste tema. Para subsidiar o debate, o CFEMEA elaborou um *Dossiê* onde foram mostradas legislações de diversos países, documentos variados, desde artigos específicos sobre o assunto e a *sinopse* de jornais de vários Estados da Federação. Tal *Dossiê* também foi entregue à Subcomissão da Câmara dos Deputados.

Toda iniciativa do CFEMEA tem se baseado na discussão promovida pelo movimento de mulheres sobre a conceituação de violência doméstica

e a abrangência da Lei.

Em agosto de 1998, participamos, no Rio de Janeiro, do Seminário *Traduzindo a Legislação com a Perspectiva de Gênero: um Diálogo entre as Operadoras do Direito*. Dezenas de mulheres debateram intensamente e produziram um documento onde procuraram sensibilizar a Comissão para o aperfeiçoamento da ordem jurídica e para que nosso direito penal caminhasse na direção das legislações penais mais avançadas do mundo.

No final de 1999, promovemos e/ou participamos de vários eventos sobre o tema no Congresso Nacional. Um dos mais significativos foi o Seminário *Os Direitos Humanos das Mulheres e a Violência Intrafamiliar – medidas concretas de prevenção e combate à violência doméstica*. O evento foi patrocinado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e organizado pelo CFEMEA, em parceria com a THEMIS, CEPIA e CLADEM. Como resultado deste Seminário, foi elaborada uma Matriz intitulada: *Medidas Concretas para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher no Âmbito Doméstico/Familiar*.

Atualmente, fazemos parte - com outras ONG's feministas - de um grupo de trabalho que busca, mais uma vez, produzir um documento que venha servir como fonte subsidiária à elaboração de uma Lei específica sobre a violência doméstica.

Este grupo, em parceria com o Ministério da Justiça – Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM, participará de uma discussão para a qual estão sendo convidados juizes e promotores da área de Juizados Especiais, sobre a questão prática da legislação e elaboração, mais uma vez, de um documento e de uma proposta de projeto de lei sobre este tema.

Como se vê, este “novelo” que vem sendo desenrolado há tantos anos, ainda não completou seu ciclo. Mesmo assim, ainda não esmorecemos nossos ânimos nem retirar de nossas mentes a certeza de que uma legislação sobre violência doméstica precisa trabalhar os diversos aspectos dessa violência, que vão além dos aspectos penais, devendo envolver as áreas do Direito Constitucional e Civil para que, desta forma, açambarque o amplo aspecto que a questão envolve.

Enquanto não podemos contar com uma legislação aos moldes dos nossos sonhos, destacamos algumas ações

resultantes da ampla mobilização e articulação do movimento de mulheres para combater a violência doméstica, como a existência de 62 casas-abrigo, espalhadas em 24 Estados da Federação. Grande parte dessas realizações foram provenientes de recursos advindos de Emendas Orçamentárias que, anualmente, o movimento de mulheres tem conseguido aprovar no Congresso Nacional.

Lembramos que o Brasil assinou a Plataforma de Ação Mundial (PAM) da IV Conferência sobre a Mulher (1995), que define:

“Os atos ou as ameaças de violência, quer ocorram no lar ou na comunidade, perpetrados ou tolerados pelo Estado, infundem medo e insegurança na vida das mulheres e constituem obstáculo à obtenção da igualdade, do desenvolvimento e da paz (...)”

“Neste sentido, a PAM recomenda aos governos adotar e/ou aplicar as leis pertinentes, revisá-las e analisá-las periodicamente a fim de assegurar a eficácia contra a mulher, pondo ênfase na prevenção da violência e na punição dos infratores (...)”

*Assessora Técnica e Assessora Parlamentar do CFEMEA.

Saúde sim, violência não

Programa Mulher de Verdade

Maria Emi Shimazaki¹ - Maria Goretti David Lopes² - Vera Lúcia Alves de Oliveira³

O crescimento da violência é uma realidade sentida principalmente nos grandes e médios centros urbanos do país. Os dados evidenciam a importância do tema e colocam em pauta a necessidade da organização de serviços e fluxos sistematizados para atenção global, considerando as diferentes demandas pertinentes à saúde, proteção social e jurídica.

Curitiba implantou em 08 de março de 2002, Dia Internacional da Mulher, o Programa de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência - Mulher de Verdade. As Unidades de Saúde e hospitais de referência estão aptos a acolher, reconhecer, atender, orientar e dar os devidos encaminhamentos quando detectar mulheres vítimas de violência física, sexual e psicológica.

A parceria estabelecida entre a Delegacia da Mulher, Instituto Médico Legal, Associação dos Magistrados do Paraná, Conselho Municipal da Condição Feminina e Conselho Estadual da Mulher do Paraná, Conselhos Estadual e Municipal da Saúde, Defensoria Pública e as entidades do movimento de mulheres, tem possibilitado avanços na construção de estratégias de enfrentamento da violência.

Sabe-se que a violência acontece no âmbito dos vínculos sociais afetivos entre familiares, casais, amigos e vizinhos. A violência doméstica e sexual apresenta uma incidência de quase 80% dos casos em adultos e crianças do sexo feminino. Por isso, também é conhecida como violência de gênero.

Este fenômeno, que atinge mulheres de diferentes raças, etnias, religiões, escolaridade e classes sociais, possibilita a compreensão das relações entre mulheres e homens que têm sido historicamente desiguais e causam a subordinação do feminino ao poder e à força do masculino.

As políticas públicas destinadas a prevenir e erradicar a violência e a promover a igualdade quanto ao gênero requerem mudanças sociais, não apenas no modo como as mulheres trabalham e cuidam de si e de suas famílias, mas

também como as instituições se envolvem nesses processos.

Assim, a Secretaria Municipal da Saúde - SMS de Curitiba decidiu propiciar oportunidades de reformulação de hábitos e costumes, contribuindo para a eliminação da violência.

Pesquisa realizada junto à Delegacia da Mulher de Curitiba, entre outubro de 1999 a maio de 2000, permitiu caracterizar a população que recorreu àquele equipamento, bem como tipificou a violência sofrida e estabeleceu um perfil do agressor.

A principal queixa apresentada pelas mulheres refere-se à agressão física com lesão corporal, representando 50% do total das ocorrências.

Segue-se, em ordem de importância, a agressão verbal (20,5%) e as situações em que a mulher sofre várias agressões ao mesmo tempo (16%). A agressão sexual aparece em quarto lugar em ordem de frequência (3,3%).

As mulheres afirmaram ter sofrido a agressão dentro de sua própria residência em 78,6% das vezes, mantendo proporções semelhantes nos diferentes tipos de agressão, exceto em relação à violência sexual, onde as vias públicas e outros espaços públicos assumem importância.

Vale lembrar que o percentual encontrado de agressão sexual (3,3%) provavelmente não representa a realidade tendo em vista que, por diferentes motivos, dificilmente a agressão sexual domiciliar, cometida pelo marido, companheiro, namorado, padrasto, é denunciada.

Os agressores são pessoas que interagem com a vítima no convívio familiar cotidiano em 91,7% dos casos, mantendo com ela relação de caráter conjugal (82,4%) ou de parentesco (9,3%).

As Unidades de Saúde do município, através do Programa Mulher de Verdade, prestam atendimento às mulheres que sofrem violência e garantem a continuidade da assistência. Acolhem as vítimas solidariamente, buscando minimizar a dor

e evitar os agravos.

Os profissionais de saúde foram capacitados para detectar riscos e identificar as possíveis vítimas, pautando-se pela ética, preservando o sigilo e garantindo a segurança das informações. A visita domiciliar permite a observação mais adequada para identificar, com mais segurança, a situação de violência.

Em março e abril deste ano, 36 mulheres vítimas de violência sexual foram atendidas pelo Programa Mulher de Verdade. A procura significativa pelo atendimento tem ocorrido antes das 72 horas, perfazendo 81% dos casos, possibilitando a promoção das ações profiláticas.

Atualmente, o Programa Mulher de Verdade atende mais de 50 mulheres por mês, comprovando a credibilidade dos serviços de saúde no enfrentamento da questão. O desafio está em estabelecer políticas públicas articuladas que reforcem o direito das mulheres à *Saúde Sim, Violência Não*.

¹ Médica pediatra, Coordenação de Normas Técnicas e Sistema de Informação da SMS

² Enfermeira, Coordenação do Programa Mulher de Verdade

³ Odontóloga, Coordenação de Diagnóstico em Saúde



Direitos Humanos é tema de Seminário

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais – DhESC Brasil promoveu um Seminário em São Paulo, durante os dias 10 e 12 de outubro. O objetivo foi discutir a metodologia de trabalho d@s relator@s nacionais, nomead@s recentemente para preparar, até o próximo ano, um relatório sobre o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assinado pelo Brasil em 1996.

A missão d@s relator@s, especialistas nas áreas de Trabalho, Alimentação e Terra (Rural), Saúde, Educação, Moradia Adequada, Terra (Urbana) e Meio Ambiente será a de receber denúncias, investigar situações de violação aos direitos humanos e elaborar relatórios analíticos e propositivos sobre a realidade encontrada em todos os estados da Federação.

Esta é uma oportunidade que poderá levar o movimento de mulheres a se posicionar sobre as graves violações dos direitos humanos, que sofrem as mulheres no campo econômico, social e cultural do nosso país.

Vale lembrar que a DhESC reconhece, entre outros direitos e, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que *o ideal do ser humano livre, liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado a menos que se criem condições que permitam a cada um gozar de seus direitos econômicos, sociais e culturais, assim como de seus direitos civis e políticos.*

Uma das lutas d@s que buscam a implementação da Plataforma é que os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais sejam reconhecidos como Direitos Humanos, juntos aos Direitos Civis e Políticos, pois acreditam que *todos os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes, estando relacionados entre si.*

Saiba mais...

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais é uma rede de organizações da sociedade civil que tem atuação na promoção e defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.

Está organizada no Brasil desde o início da década de 1990 e retomou sua articulação mais sistemática a partir de 2000, contando com uma coordenação formada por: Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), Centro de Justiça Global (CJG), Comissão de Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP) e Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar (FIAN Brasil).

A Plataforma está articulada a uma rede interamericana que se chama Plataforma Interamericana de Direitos Humanos: Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD) que tem capítulos nacionais em 13 países da América, sendo a Plataforma Brasileira o Capítulo Brasil desta rede. Entre seus objetivos está:

- Difundir os DhESC como direitos universais e indivisíveis, sem diferenciação geracional entre estes e os direitos civis e políticos;
- Desenvolver uma ampla cultura de direitos a partir da noção de que todos/as são sujeitos de direitos;
- Buscar articular diversas redes, organizações e movimentos, visando a integração de olhares e ações destes grupos numa perspectiva da luta por direitos.

Plataforma DhESC Brasil

Fone/Fax: (54) 3045-3277

E.mail: secretaria@dhescbrasil.com.br

Fonte: site da Abong - www.abong.org.br





Sou cidadã, conheço meus direitos

A mulher no Poder Legislativo Federal Competência para legislar

Terminada a contagem dos votos para os cargos de deputad@s federais, senador@s, deputad@s estaduais e distritais, vemos que as mulheres alcançaram algumas vitórias. Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral o número de mulheres aumentou consideravelmente.

Em janeiro, essas mulheres tomarão posse e passarão a representar @s brasileir@s. E agora? Qual a competência dessas mulheres? O que elas podem fazer para melhorar nossas vidas?

Nossa Constituição estabelece as atribuições dos três Poderes. Cada Estado tem suas Constituições e o Distrito Federal sua Lei Orgânica. Nelas estão escritas as competências do Legislativo local.

Uma das principais atribuições d@s deputad@s é elaborar leis. Entretanto, esta não é uma atribuição exclusiva, nem a única do Legislativo.

O Fêmea vai procurar traduzir quais serão as principais atribuições das mulheres recém-eleitas.

Apresentação de projetos de lei

A iniciativa para apresentar projetos de leis complementares e ordinárias pode ser privativa, ou não, das seguintes pessoas ou instituições:

- Qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- Congresso Nacional;
- Presidente da República;
- Supremo Tribunal Federal;
- Tribunais Superiores;
- Procurador-Geral da República;
- Cidadãs e cidadãos.

Além das leis complementares e ordinárias, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de Lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

Outra possibilidade de iniciativa é por parte d@s cidadãs e cidadãos. É a iniciativa popular. Este projeto de lei deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por ao menos cinco Estados, com não menos de três décimos por cento d@s eleitor@s de cada um deles.

Matérias de iniciativa do Congresso Nacional

Para que o Congresso Nacional disponha sobre algumas matérias, é necessária a sanção do Presidente da República. Para outras, entretanto, esta sanção não é exigida.

As matérias que necessitam da sanção presidencial são, entre outras, as que tratam do sistema tributário e orçamentário e seus planos, a arrecadação e distribuição de rendas, operações de crédito e dívida pública, matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações, moeda: e montante da

dívida mobiliária federal.

Também precisa de sanção presidencial a fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas, bem como os planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Tudo que se relaciona com espaço territorial brasileiro, seus limites e bens são tratados no Congresso Nacional. Para incorporar, subdividir ou desmembrar áreas de territórios ou Estados, devem ser ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas. A transferência temporária da sede do Governo Federal e a concessão de anistia também necessitam do aval do Congresso.

Da mesma forma, é da sua competência dispor sobre a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Quando se trata da criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, a competência é do Congresso Nacional, com exceção da extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, que são da competência privativa do Presidente da República, que dispõe sobre esta matéria através de Decreto.

Outras atribuições do Congresso são as que tratam da criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, das telecomunicações e radiodifusão.

Como vemos, o poder do Congresso Nacional é muito grande e define temas importantes para nosso país. Por isso, devemos sempre acompanhar, cobrar, sugerir ou até mesmo tirar de lá, aquele ou aquela que não está trabalhando para um Brasil melhor, justo e igualitário.

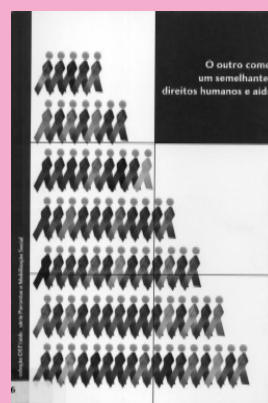
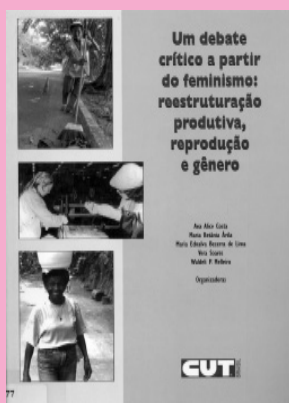
Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.

Exemplo: filh@ significa filha mulher e filho homem.

EXTRAÍDO DO GUIA DOS DIREITOS DA MULHER – CFEMEA-1996, EDITORA RECORD
(PODE SER ENCONTRADO NAS LIVRARIAS) E DA LEGISLAÇÃO ATUAL

III Fórum Social Mundial

As inscrições para o III Fórum Social Mundial já estão abertas. Dois, dos cinco Eixos Temáticos, escolhidos para discussão, serão coordenados por mulheres. “Princípios e Valores, Direitos Humanos, Diversidade e Igualdade” está a cargo de Diane Matte, da Marcha Mundial das Mulheres. “Poder Político, Sociedade Civil e Democracia” será coordenado por Virginia Vargas, da Articulação Feminista Marcosul. Para outras informações, acesse: www.forumsocialmundial.org.br



Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero

Os textos que compõem a publicação *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero* foram apresentados no Seminário Nacional, realizado em 2001. Entre as análises, destaca-se o impacto da reestruturação produtiva sobre a vida das mulheres. A publicação deverá contribuir com novos caminhos para as organizações na intervenção social e a produção de políticas públicas. Para mais informações, entre em contato com a CUT, pelo fone (11) 3272-9411 ou e-mail: cnmt@cut.org.br.

Mulheres Públicas

O livro *Mulheres Públicas: Participação Política e Poder*, de Fanny Tabak, inclui textos de pesquisas desenvolvidas entre 1980 e 1992. Tratam de trabalhos apresentados em reuniões científicas. A primeira parte da publicação discute as diferentes formas de participação política da mulher. A segunda aborda a representação feminina no Legislativo brasileiro. Mais informações, pelo fone (21) 2224-7071 ou e-mail: letracapital@letracapital.com.br.

Direitos Humanos e aids

Os artigos da publicação do Ministério da Saúde *O outro como um semelhante: direitos humanos e aids* foram produzidos a partir do cotidiano de diversos serviços de assessoria jurídica, mantidos por

organizações da sociedade civil e oferecidos gratuitamente. Mais informações, pelo fone 0800 611997 ou site: www.aids.gov.br.

Gênero para as ONGs

O GTGênero, responsável pela publicação *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*, foi montado por integrantes da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil. Os artigos são fruto das discussões que tiveram início em meados de 2000 com o objetivo de debater referenciais teóricos e políticos para a aplicação do gênero às intervenções de ONGs.

A primeira parte do livro aborda temáticas como poder e instituições, moradia, juventude, geração de renda, comunicação e agricultura familiar, com recortes teórico-políticos diversificados. Já na segunda parte, são colocados alguns desafios para as ONGs em termos institucionais. Mais informações, no SOS Corpo Gênero e Cidadania, pelo fone (81) 3445-2086 ou e-mail: sos@soscorpo.org.br.

